

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO/RJ

Ilustríssima comissão de licitações

Ref.: **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.066/2025**
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 21.503/2024

ASCK Soluções empresariais LTDA. Pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 56.384.420/0001-73, com sede à Av. Presidente Vargas, nº 118, LJ 16, Centro, Cordeiro, RJ., CEP: 28.540-000, devidamente credenciado nos autos do Processo em referência, por seu representante legal infra assinado, tempestivamente, vem, à presença deste DD. Pregoeiro (a), com fulcro no Edital em questão e a legislação pertinente, a fim de interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

Contra a r. Decisão dessa digna Comissão Permanente de Licitação, que: após análise realizada na documentação e da proposta comercial da empresa **LICITAX COMERCIO E CONSULTORIA LTDA. INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 04.326.894/0001-65, ESTABELECIDÀ R PLATINA, Nº 70 ANEXO 1. BAIRRO SANTA CRUZ DO JOSE JACQUES, RIBEIRAO PRETO/SP.** Quanto ao cumprimento do edital em relação ao produto ofertado pela concorrente. Especificação essa minuciosamente detalhada no anexo I Termo de referência, considerou que a empresa ofertou um produto em conformidade com as exigências do edital.

Nos termos do que foi indicado na intenção recursal e conforme será desdobrado nesta peça, o motivo pelo qual o presente RECURSO é interposto está no fato de que a especificação do equipamento ofertado não atende as exigências técnicas do edital.

De modo que a RECORRIDA a empresa **LICITAX COMERCIO E CONSULTORIA LTDA.** Está sendo beneficiada indevidamente por oferecer produto que não atende as especificações exigidas no TR e quebrando a isonomia do certame, bem como o vínculo ao instrumento convocatório, de modo que o ato que aceitou tal proposta precisa ser reformado.

A legitimidade recursal e o interesse de agir são verificados pela participação ativa da RECORRENTE no referido certame, tendo esta ofertado um produto condizente com as especificações do edital.

Motivação e fundamentação seguem respectivamente, por escrito, nas sessões que tratam dos Fatos e do Direito, bem como o requerimento final que está sendo encaminhado

I – PRELIMINARMENTE

I.I – DA TEMPESTIVIDADE

1. Preliminarmente, deve ser destacada a tempestividade do presente Recurso, contra a habilitação da referida empresa
2. Conforme Ata da Sessão de Julgamento, o Sr(a). Pregoeiro(a) em referência, após declarar encerrada a fase de lances, em ato

3. contínuo solicitou o catálogo do produto ofertado juntamente com sua proposta readequada e os documentos de habilitação da empresa **LICITAX COMERCIO E CONSULTORIA LTDA.** considerando a mesma regular, momento esse em que classificou-a como vencedora provisória a mesma, abrindo o prazo recursal nos termos do Edital, com os recursos cabíveis devendo ser protocolado nos prazos definido em lei e no sistema da plataforma, como consta no processo.
- Sendo tempestivo, deve o presente ser recebido e julgado nos termos das regras estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico Nº 90.066/2025, às quais a Administração Pública está estritamente vinculada, já que o mesmo não foi impugnado por qualquer das partes envolvidas neste Certame.

I.II – DO EFEITO SUSPENSIVO

4. Após a confirmação da tempestividade do presente Recurso, requer o ora Recorrente, sejam recebidas suas razões de recurso no efeito suspensivo até o julgamento final nesta esfera Administrativa, para que nenhum prejuízo possa ser causado a qualquer das partes envolvidas.

II – DOS FATOS

1. Atendendo ao edital do Pregão eletrônico Nº 90.066/2025 da PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO/RJ, para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS, para atender as necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã, conforme condições, quantidades e especificações contidas no Termo de Referência – Anexo I deste edital. O ora Requerente retirou o respectivo Edital e resolveu participar deste Certame.
2. Quanto ao Certame, necessário destacar os seguintes pontos do edital:

“ANEXO 01 – TERMO DE REFERÊNCIA.” **ITEM 03: ESPECIFICAÇÃO**

“Computador (Desktop-Básico)
Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante. Computador desktop com processador no mínimo que possua no mínimo 4 Núcleos, 8 threads e frequência de 3.0 GHz; Unidade de Armazenamento SSD 240 GB interface PCIe NVMe M.2, memória RAM de 8 GB, em 2 módulos idênticos de 4 GB cada, do tipo SDRAM ddr4 2666MHz MHz ou superior, operando em modalidade dual CHANNEL. A placa principal deve ter arquitetura ATX, MICROATX, BTX ou MICROBTX, conforme padrões estabelecidos e divulgados no sítio www.formfactors.org, organismo que define os padrões existentes. Possuir pelo menos 1 slot PCI-EXPRESS 2.0 x16 ou superior. Possuir sistema de detecção de intrusão de

chassis, com acionador instalado no gabinete. O adaptador de vídeo integrado deverá ser no mínimo de 1 GB de memória. Possuir suporte ao MICROSOFT DIRECTX 10.1 ou superior. Suportar monitor estendido. Possuir no mínimo 2 saídas de vídeo, sendo pelo menos 1 digital do tipo HDMI, display PORT ou DVI. Unidade combinada de gravação de disco ótico CD, DVD rom. Teclado USB, ABNT2, 107 teclas com fio e mouse USB, 800 DPI, 2 botões, scroll com fio. Monitor de LED 19 polegadas (widescreen 16:9) (1920 x 1080 a 60Hz), entradas de vídeo HDMI e display PORT, ângulos de visão vertical e horizontal mínimo de 178°. Interfaces de rede 10/100/1000 e WIFI padrão IEEE 802.11 b/g/n/ac. Sistema operacional Windows 10 pro (64 bits). Fonte compatível e que suporte toda a configuração exigida no item. Gabinete e periféricos deverão funcionar na vertical ou horizontal. Todos os equipamentos ofertados (gabinete, teclado, mouse e monitor) devem possuir gradações neutras das cores branca, preta ou cinza, e manter o mesmo padrão de cor. Todos os componentes do produto deverão ser novos, sem uso, reforma ou recondicionamento.”

A empresa provisoriamente declarada vencedora apresentou o catálogo do produto referente ao lote 03 com um processador Ryzen 5 1500x de primeira geração, que teve a sua produção iniciada em abril de 2017 e foi já teve sua fabricação descontinuada, por tanto não consegue atender a especificação de produto novo, sem uso, reforma ou recondicionamento. Além de não mencionar nenhuma marca e modelo de seus outros componentes, apenas o processador que incorporam os computadores, copiando apenas as exigências do edital sem menção nenhuma a fabricantes, marcas e modelos. Como é de conhecimento geral um computador é montado a partir de vários componentes de diversos fabricantes e com especificações diferentes, pratica utilizada até pelas gigantes do mercado como DELL, LENOVO, POSITIVO, etc.

Desta forma fica impossível para seus concorrentes o comparativo entre o produto ofertado e as exigências do edital trazendo prejuízo aos demais licitantes. A Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos) trouxe diversas inovações e requisitos quanto à apresentação de propostas por fornecedores, incluindo obrigações relacionadas à especificação de marcas e modelos dos bens ofertados. A obrigatoriedade da apresentação de marca e modelo está prevista de forma expressa na Lei nº 14.133/2021, especialmente nos dispositivos que tratam da fase de julgamento das propostas e da análise de conformidade dos objetos ofertados.

Dispositivos relevantes da Lei 14.133/2021

“Nas licitações de bens, sempre que possível, o edital deverá exigir a apresentação de amostras, provas de conceito ou laudos de avaliação, sem prejuízo da identificação da procedência do produto e da exigência de marca ou modelo.”

Aqui, o legislador orienta a administração pública a exigir, quando cabível, a identificação da marca e modelo, além da possibilidade de exigir amostras e laudos.

O julgamento será feito com base nos critérios definidos no edital, que podem incluir:

Marca ou modelo, nos casos de fornecimento de bens, desde que

previamente justificados e aceitos pelo edital;
O uso de marca ou modelo como critério de julgamento também é permitido, desde que haja justificativa técnica.

Interpretação prática:

- A apresentação da marca e modelo nas propostas é obrigatória com o intuito de caracterizar as especificações técnicas dos equipamentos
- Mesmo quando não for critério de julgamento, a administração pode exigir a identificação da marca/modelo para fins de controle de qualidade, padronização ou compatibilidade técnica.
- A omissão dessa informação pode ser causa de inabilitação da proposta.

Jurisprudência e boas práticas:

Órgãos de controle (como TCU) têm reiteradamente defendido que:

- A exigência de marca/modelo deve ter motivação técnica clara
- A exigência pode ser feita tanto na fase de proposta quanto na de habilitação, conforme a natureza do objeto.

Conclusão:

Segundo a Lei nº 14.133/2021, a apresentação de marca e modelo pelos fornecedores em suas propostas:

- Pode ser exigida pelo edital, e nesse caso, é obrigatória;
- Pode ser usada como critério de julgamento, desde que justificada tecnicamente;
- Deve respeitar os princípios da isonomia, impessoalidade e competitividade.

Em relação ao monitor ofertado, apesar de simples cópias das exigências do edital, a empresa declarada vencedora não define em seu catálogo fabricante, marca e modelo, do monitor ofertado para compor o equipamento, tornando impossível a verificação de brilho, contraste, portas, tipos de painel, resolução, inclinação de base, portas de acesso etc.

Vale ressaltar que a especificação da necessidade dos equipamentos de informática é estudada e desenvolvida por pessoal qualificado antes da publicação do edital, as necessidades do consumidor não cabem ao fornecedor, só resta ao fornecedor atender as exigências

3.

A Lei nº 14.133/2021 dispõe que:

Da licitação destina-se a garantir aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

A Lei nº 14.133/2021 determina, que caberá ao pregoeiro, em especial, verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital e dispõe que o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto observado o disposto que explica que devem ser considerados as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade, as diretrizes do plano de

gestão de logística sustentável e as demais condições estabelecidas no edital. Complementarmente, do Julgamento da Proposta. É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes. Segundo a lei nº 14.133 descreve que administração não poderá descumprir normas e condições do edital ao qual se acha estritamente vinculada. Assim sendo, a administração deve seguir todas as condições editalícia durante o certame. Os atos praticados poderão ser fiscalizados por qualquer cidadão, pela autoridade nomeante, órgãos de controle interno e externo, sendo o controle interno um poder-dever da Administração Pública, não apenas uma mera faculdade. Estando claro que quem redige o edital é o órgão promotor do certame em obediência a legislação vigente, não havendo nenhum questionamento ou nenhuma impugnação referente ao quesito.

4.

Findado o passo de análise do produto ofertado pela concorrente e ficando claro que o produto ofertado não oferece elementos suficientes para sua comparação com as exigências técnicas do edital.

EM SÍNTESE:

Estando claro, que o produto ofertado pela empresa **LICITAX COMERCIO E CONSULTORIA LTDA.** não tendo como ser comparado com as exigências do edital e do termo de referência, conforme legislação vigente não oferece elementos suficientes para sustentação do status provisório de vencedor do item. assim sendo não pode ser classificada como vencedora do certame. O fato não pode ser tratado como excesso de formalismo, pois a legislação vigente não permite a troca dos produtos ofertados, exigindo uma proposta clara sem alternativas emendas ou rasuras. É fato que a economicidade é uma questão fundamental para as compras do poder público, porém a aceitação de equipamentos que não cumprem as exigências do edital fere os princípios de isonomia que preza a lei e tornando a concorrência desleal, da mesma forma que, fere os princípios da transparência que rege todas as leis referentes as compras ou contratações efetuadas por órgãos públicos, conforme a Legislação versa. **NÃO RESTAM DUVIDAS**, que a empresa **LICITAX COMERCIO E CONSULTORIA LTDA.** deve ter seu item **DECLASSIFICADO** do certame, pois seus catálogos são insuficientes para comprovação dos cumprimentos das exigências técnicas e especificações exigidas do edital. A contrarrazão da recorrida não pode apresentar a correção de tais fatos, pois não se trata de diligência e sim de documento obrigatório de habilitação já apresentados.

III – DO PEDIDO

Pelo exposto, com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, pugna-se para que essa Comissão de Licitações reconsidere sua conduta e posterior decisão: (i) que acatou o produto ofertado pela empresa **LICITAX COMERCIO E CONSULTORIA LTDA.** Na hipótese não esperada disso não ocorrer, **nossa empresa faz questão de acompanhar a entrega**

do item em voga, já que é um direito que a lei nos assiste, E faça este subir, devidamente informados, à autoridade superior, em conformidade com a Legislação vigente, requerendo do i. Julgador Superior, o provimento do presente recurso, com efeito para que seja:

Preliminarmente:

Seja, após confirmada sua tempestividade, seja o presente Recurso, recebido no Efeito Suspensivo na forma da Legislação pertinente;

No Mérito:

- (i) **Obediência ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório e as leis que o regem, onde verificamos o NÃO atendimento as exigências do edital quanto a especificação do item em questão, em relação a empresa LICITAX COMERCIO E CONSULTORIA LTDA. IMPEDINDO SUA HABILITAÇÃO**
- (ii) **Seja reformada a decisão, DESCCLASSIFICANDO o item da empresa LICITAX COMERCIO E CONSULTORIA LTDA. E todos os próximos classificados em sequência que não cumpram as exigências editalícias, para o item anteriormente mencionados**
- (iii) **Em ato contínuo, convoque-se as melhores classificada na fase de lances. E em caso desta não atender as exigências editalícias, em ato contínuo e respeitando-se a classificação na fase de lances proceda-se a convocação das demais participantes.**

Nestes termos
P. Deferimento

Cordeiro/RJ, 02 de outubro de 2025

ASCK SOLUÇÕES EMPRESARIAIS LTDA
CNPJ: 56.384.420/0001-73
ADRIANA DE SOUSA CAXIAS MELLO
RG: 08.301.378-9 /CPF: 000.111.847-10

CNPJ: 56.384.420/0001-73

ASCK SOLUÇÕES EMPRESARIAIS

AV PRESIDENTE VARGAS 116 LJ 16

CENTRO
CORDEIRO - RJ Av. Presidente Vargas, nº 116, LJ16, Centro - Cordeiro/RJ

(22) 2070-4004

asckmello@gmail.com